



151
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário nº 0340914-7

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: José Veríssimo de Figueiredo

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. SÚMULA Nº 18 DO TJPE. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DO POSSÍVEL. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO-SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado se encontra inteiramente esteado no já pacificado e sumulado entendimento desta Corte de Justiça no sentido de que, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial.

2. As eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão-somente a garantir um mínimo existencial.

3. Aclaratórios conhecidos para fins de prequestionamento do contido nos arts. 2º, 5º, 37, 109, 196 da CF/88, porém improvidos de forma indiscrepante.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos **Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário nº 0340914-7**, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 25/09/2014, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte deste julgado.

P.R.I.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



152

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário nº 0340914-7

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: José Veríssimo de Figueiredo

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão lavrado nos autos do Recurso de Agravo em apenso, o qual, no entender do embargante, teria incorrido em omissão.

Em suas razões, de fls. 143/145, alega o embargante, que o acórdão embargado foi omissivo no que diz respeito aos artigos 2º (separação dos poderes), 5º, *caput* (princípio da isonomia), 37, *caput* (princípio da legalidade) e 37, XXI (exigência de licitação), e 196, *caput* (política pública de saúde), todos da CF/88, não apreciados quando da decisão e Súmula 282 e 356, ambas do STF.

Assim, pugna pelo prequestionamento dos artigos acima dispostos.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para que sejam supridas as omissões alegadas.

É o relatório.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



153
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação / Reexame Necessário nº 0340914-7

Embargante: Estado de Pernambuco

Embargado: José Veríssimo de Figueiredo

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular o acórdão ora invectivado, senão vejamos.

Notadamente, o acórdão embargado foi bastante claro ao destacar que não há qualquer violação à separação dos poderes quando o Poder Judiciário intervém em questões de mérito administrativo com a intenção de garantir a observância ao princípio da legalidade.

No caso, a ingerência do Poder Judiciário se mostrou necessária em razão do seu objetivo de assegurar ao cidadão o direito à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, *in verbis*:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ficou assentado também que, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, nos termos da Súmula nº 18 deste Sodalício, abaixo transcrita:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Ademais, ressaltou-se que as eventuais determinações por parte do Poder Judiciário que visam assegurar o direito à saúde não possuem o condão de malferir a chamada Teoria da Reserva do Possível, vez que o implemento dessas medidas destina-se tão-somente a garantir um mínimo



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

existencial, em respeito ao já mencionado princípio da dignidade da pessoa humana.

Por fim, a teor da já destacada súmula nº 18 deste Sodalício, observou-se que o fato de o medicamento pleiteado não fazer parte das listas de dispensação excepcional não isenta o Poder Público do seu dever de fornecimento gratuito, quando comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se orifício de esvaziamento da garantia constitucional insculpida no art. 196 da CF/88, pois bastaria não listar o medicamento para desobrigar-se do ônus de cobrir o seu custo.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão-somente para fins de prequestionamento do contido nos arts. 2º, 5º, 37, 196 da CF/88, Súmula 282 e 356, ambas do STF, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 25 / 09 / 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator